

BOLETIM 174

Brasília, 28 de julho de 2016

CNI: sem comprador, indústria da construção está com metade das máquinas paradas

Com atividade em queda, a indústria da construção está com quase metade das máquinas e equipamentos parados, segundo dados de junho da Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada na quinta-feira (21).

O nível de utilização da capacidade de operação do setor foi de 56% em junho, 4 pontos percentuais inferior à do mesmo mês do ano passado. Além da elevada ociosidade, o setor não para de demitir, diz a CNI.

Segundo a pesquisa, os empresários continuam pessimistas e os indicadores de expectativas para os próximos meses em relação ao nível de atividade, aos novos empreendimentos e serviços, à compra de matérias-primas e ao número de empregados ficaram abaixo da linha divisória dos 50 pontos, indicando resultados negativos.

Com a recessão e a ameaça de desemprego, faltam compradores para os produtos do setor que enfrenta os juros elevados e a carga tributária, segundo a entidade.

As empresas enfrentam ainda a inadimplência e a dificuldade de acesso aos financiamentos bancários.



Construção civil: muitas obras paradas e sem comprador

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Senadores defendem redução dos juros

Senadores de diversos partidos defenderam a redução da taxa básica de juros (Selic), após reunião do Comitê de Política Econômica Monetária (Copom) do Banco Central na semana passada. A taxa foi mantida em 14,25% pela oitava vez consecutiva. Trata-se da maior taxa de juros do mundo, atingindo, em termos reais (descontando a inflação), 8%.

O senador Dario Berger (PMDB-SC) argumentou em reportagem da Rádio Senado, que a diminuição de um único ponto percentual na Selic já seria responsável pela redução de cerca de R\$ 14 bilhões no pagamento da dívida pública.

“Dizem que o objetivo principal é conter os processos inflacionários, mas os processos inflacionários se dão invariavelmente pelo excesso de consumo. E isso é na verdade a situação inversa

a do país. Portanto, me parece racional que os juros sejam reduzidos imediatamente”, questionou Berger.

Acir Gurgacz, senador da República pelo PDT de Rondônia, relacionou a crise econômica com os altos juros.

“É preciso baixar os juros e rever o custo Brasil para que a gente possa retomar o crescimento e viabilizar a reversão do desemprego”, disse.

O senador João Capiberibe lembrou da distancia da nossa taxa da média mundial, atualmente 1,5% negativa.

“Ou seja, juros baixos muito dinheiro circulando, sem inflação. E nós caminhamos na contramão porque esse país tem dono. Aqui é meia dúzia que manda. Manda na economia, manda na política”, disse o senador, se referindo aos bilhões que escoam todo ano para os cofres dos bancos em forma de juros.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Juízes repudiam reforma que ameaça direitos

Diversos juristas e especialistas em direito do trabalho criticaram as propostas de “reforma trabalhista” defendidas pelo governo, que prevê, entre outras medidas, legitimar os acordos nas negociações coletivas em detrimento da legislação trabalhista, o que colocaria em risco direitos previstos na CLT.

“Acho isso um ato de covardia, porque estamos vivendo uma crise que fragiliza a classe trabalhadora e a atuação sindical, no momento que o país tem 12 milhões de desempregados”, afirma Francisco Giordani, diretor da Escola Judicial do



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas e interior de São Paulo).

A reforma trabalhista, ensaiada desde o governo Dilma, segundo o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, tem como objetivos principais, além de tornar as “negociações” superiores à lei, estender as terceirizações para as atividades-fim, e tornar permanente o famigerado PPE, que reduz o salário nominal dos trabalhadores.

Giordani explica que a base para qualquer negociação é o equilíbrio entre os negociadores, o que não existe no Brasil. “A legislação trabalhista vem justamente para suprir a deficiência do poder de fogo, vamos dizer assim, da classe trabalhadora [...] As pessoas que dizem que a CLT está superada têm que ser enquadradas em duas situações: ou desconhecem ou são mal intencionadas.”

Enquanto isso, o país amarga 11,2% de desemprego para que os rentistas encham o bolso com o dinheiro que vem dos juros estratosféricos aplicados pelo BC. A verdade é que o Ministro do Trabalho e toda a equipe econômica de Temer vêm esperando ansiosamente por “medidas duras”, como foi anunciado na semana passada pelo presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade. “Estamos ansiosos para ver medidas muito duras. No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanais. A França,



que tem 36 horas, passou agora para 80. O mundo é assim”, disse.

Relembrando o exemplo de outros países em crise, o ministro Lelio Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho, denunciou que essa proposta do negociado sobre o legislado “representa um tremendo risco de precarização. O próprio exemplo de outros países que passaram ou que estão passando por crises econômicas, como é o caso da Espanha, demonstram que nos momentos de crise é que a proteção do direito do trabalho se faz mais importante”.

Mostrando que a “solução” buscada pelo governo Temer não resolve problema algum, Bentes explica que, na Espanha, “uma das primeiras iniciativas foi uma reforma trabalhista flexibilizando os requisitos para a demissão, mas o índice de desemprego continua em torno de 25% e entre jovens chega até os 50%.”

Livio Enescu, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, vê a fase atual como o pior momento possível para qualquer debate sobre o assunto, destacando que apenas com aumento salarial e capacitação do trabalhador a fase vivida pelo Brasil será resolvida.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Manifesto tem apoio de mais de 1,5 mil juízes do trabalho

Mais de 1,5 mil juízes do Trabalho, associados à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), assinaram em junho manifesto dos ministros do Tribunal Superior

do Trabalho contra as reformas trabalhistas em curso.

No texto, intitulado “Documento em defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil”, os ministros denunciam que “muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstruir direitos, desregulamentar a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas”.

Inicialmente criado e assinado por 20 dos 27 ministros do TST, na avaliação do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, o apoio de 1,5 mil magistrados faz o texto simbólico. “Qualquer outro discurso contrário a isso é inoportuno e representa grave ameaça aos alicerces e a um mercado civilizado e justo para todos. Toda e qualquer proposta de reforma deve observar a Constituição Federal, que prevê a construção progressiva de novos direitos no intuito de melhorar a condição social do trabalhador e não de reduzir as suas conquistas históricas e fundamentais”, explica.

Os magistrados ainda denunciam que os setores mais atrasados, comprometidos com os bancos, rentistas, e monopólios internacionais “usam a negociação entre sindicatos, empresas e empregados com o objetivo de precarizar o trabalho, deturpando seu sentido primordial e internacionalmente reconhecido, consagrado no caput do art. 7º da Constituição da República, que é o de ampliar e melhorar as condições de trabalho”.

Segundo o documento, “é preciso que todos saibam que agredir o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho é desproteger mais de 45 milhões de trabalhadores, vilipendiar cerca de dez milhões de desempregados, fechar os olhos para



milhões de mutilados e revelar-se indiferente à população de trabalhadores e também de empregadores que acreditam na força da legislação trabalhista e em seu papel constitucional para o desenvolvimento do Brasil.”

“O momento que vivemos não tolera a omissão! É chegada a hora de esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico (com diminuição de valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir os produtos oferecidos pelas empresas, em seus diversos ramos); social (com o aumento da precarização e pauperização), previdenciário (agravamento do déficit previdenciário pela expressiva redução das contribuições); segurança (em face da intensificação do desemprego e dos baixos salários); político (pela instabilidade causada e consequente repercussão nos movimentos sociais); saúde pública (aumento exponencial de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho), entre outros tantos aspectos. Enfim, o atraso e o aprofundamento da exclusão social terminarão por refletir na diminuição do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), uma vez que um dos requisitos do desenvolvimento é a superação da exploração e da desigualdade, tema que, ao final de contas, é a pedra angular da Justiça do Trabalho”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Justiça trabalhista suspende demissão de 800 na Friboi

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região suspendeu na última segunda-feira 25, as demissões de cerca de 800 trabalhadores do

Frigorífico JBS S/A (Friboi), em Presidente Epitácio, no interior paulista. O desligamento dos trabalhadores ocorreu no dia 18 de julho, após a derrota da empresa, em consulta à categoria, sobre a mudança da unidade de Presidente Epitácio para as do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. 95% dos trabalhadores não aceitaram a sugestão.

Na decisão proferida pela juíza do Trabalho substituta, Andreia Nogueira Rossilho de Lima, da Vara do Trabalho de Presidente Venceslau, ficou ordenado que a empresa “se abstenha de promover as dispensas comunicadas”, e que imediatamente recolocasse os “trabalhadores em atividade ou sob licença remunerada”, até que sejam definidos os critérios em negociação com o sindicato da categoria, com a presença do Ministério Público do Trabalho. Caso a Friboi não cumpra a determinação, a JBS poderá ser multada em R\$ 80 mil por dia.

A juíza solicitou ainda, que o frigorífico apresente em 24 horas os documentos financeiros da empresa. A JBS, uma das empresas que mais recebeu empréstimos do governo federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alegou estar em uma grave crise financeira, e por este motivo realizou as demissões.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

A falácia do rombo na Previdência

*Paulo Paim e Vilson Romero**

Chega de mentiras. É preciso passar a limpo a atual discussão sobre reforma da Previdência Social. Primeiramente, a Previdência faz parte de algo maior. Ela integra o sistema de proteção criado na Constituição

Cidadã de 1988, chamado de Seguridade Social, que inclui o tripé previdência, saúde e assistência social.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) divulga anualmente a publicação Análise da Seguridade Social e os superávits são sucessivos, a saber: saldo positivo de R\$ 59,9 bilhões em 2006; R\$ 72,6 bilhões em 2007; R\$ 64,3 bi em 2008; R\$ 32,7 bi em 2009; R\$ 53,8 bi em 2010; R\$ 75,7 bi em 2011; R\$ 82,7 bi em 2012; R\$ 76,2 bi em 2013; R\$ 53,9 bi em 2014.

No ano passado não foi diferente. O investimento nos programas da Seguridade Social, incluídos aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R\$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R\$ 707,1 bi. O resultado, mais uma vez positivo, foi de R\$ 24 bilhões - nada de déficit!

Para agravar o cenário, tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que não apenas prorroga a DRU até o ano de 2023 como amplia de 20% para 30% o percentual que o governo pode retirar dos recursos sociais. Se a medida for aprovada, pode significar a saída de R\$ 120 bilhões por ano do caixa da Seguridade.

Também é preciso enfatizar a importância da Previdência no cotidiano do Brasil. Hoje, são pagos 32,7 milhões de benefícios, incluindo 9,7 milhões de aposentadorias por idade; 7,4 milhões de pensões por morte; 5,4 milhões de aposentadorias por tempo de contribuição; e 3,2 milhões por invalidez, entre outros. O peso desses números é enorme, com impacto social e econômico.

Hoje, dos 5.566 municípios, em 3.875 (70%) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da Previdência supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mais ainda, em 4.589, ou 82% do total, os pagamentos aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social superam a arrecadação municipal, ou seja, é com o pagamento aos aposentados que a economia e o comércio dessas cidades giram. É com esse cenário que, mais uma vez, surgem as propostas de reforma da Previdência, como

O rombo da previdência é uma mentira!



www.DesmistificandoDireito.com.br

se o sistema fosse um problema nacional - os números aqui expostos comprovam exatamente o contrário: é a Previdência que garante cidadania e movimenta a economia.

A defesa da reforma nasce como uma espécie de cortina de fumaça para encobrir os problemas reais. Em vez de buscar soluções para o crescimento econômico, como uma efetiva e verdadeira reforma tributária, a revisão do pacto federativo, o estabelecimento de taxas de juros que estimulem o mercado sem empobrecer a população, o governo interino mira o seguro social.

Lamentavelmente, prefere atacar a poupança social dos brasileiros e das brasileiras, dinheiro economizado pelos trabalhadores ao longo de toda a vida laboral para, no futuro, gozar da justa e merecida aposentadoria.

Nos moldes defendidos pelo governo, o sonho da aposentadoria pode virar pesadelo em vida, ou nem isso, porque muitos podem morrer antes de desfrutar um pouquinho sequer dessa conquista. Como falar, por exemplo, em idade mínima, e ainda por cima igual para homens e mulheres, quando vivemos em um país com



dimensões continentais, repleto de variadas desigualdades regionais? A título de exemplo, um homem no Pará nasce com a expectativa de vida de 64 anos, enquanto para uma mulher de Santa Catarina esse número ultrapassa os 80 anos.

Implantada a reforma sugerida pelo governo, a Previdência Social passaria a ser tão somente um programa de renda mínima, pagando benefícios cada vez menores, abaixo inclusive do piso salarial. Isso aconteceria, é bom alertar a todos e a todas, porque o Planalto defende a desvinculação do benefício previdenciário do valor do salário mínimo, ou seja, a aposentadoria poderia ficar menor do que o mínimo e, para piorar, com a absurda tendência de distanciamento cada vez maior entre os dois, já que certamente os governantes proporiam reajustes sempre menores nos benefícios em relação àqueles do salário mínimo.

É fundamental melhorar a fiscalização sobre o setor, por meio do aumento do número de auditores fiscais em atividade e do aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização. Também está na hora de rever as alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio, que pode e deve contribuir mais para assegurar a aposentadoria do trabalhador do campo.

É preciso que a sociedade brasileira vista a camisa e assuma a defesa intransigente e a manutenção dos direitos sociais e a gestão transparente da Seguridade Social, além do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social pública e solidária. Só assim poderemos manter o seguro social, o verdadeiro patrimônio dos brasileiros e das brasileiras.

() Paulo Paim, Senador pelo PT-RS e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal
Wilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)*

Pesquisa aponta que 73% são contra idade mínima

Segundo pesquisa divulgada pelo Paraná Pesquisas, na última segunda-feira, 73% dos entrevistados pela empresa rejeitam a proposta do presidente interino Michel Temer sobre fixação da idade mínima para aposentadoria.

O levantamento foi feito em 24 Estados do País e do Distrito Federal.

Os entrevistados também foram questionados se houve alguma melhora com relação à situação financeira dos brasileiros, após o vice-presidente Michel Temer ter assumido a gestão.

Para os consultados, 65,9% se consideram na mesma situação econômica, 20,7% disseram que a situação piorou e 11,3% acreditam em alguma melhora. Não sabe/não opinou 2,1%.

Questionados sobre qual a preferência dos entrevistados entre Dilma, Temer, ou novas eleições, a alternativa por um novo pleito eleitoral para presidente recebeu o apoio de 62,4% dos entrevistados, contra 23,8% à favor da permanência de Temer como Presidente, e 11,1% se demonstraram favoráveis a volta da Presidente Dilma Rousseff.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Em reunião com centrais, ministro defende aprimoramento de direitos dos trabalhadores

“A modernização da legislação trabalhista não irá mexer em direitos dos trabalhadores. Juntos vamos combater o inimigo comum - o desemprego, e não há qualquer hipótese de o trabalhador ter seus direitos revogados”.

Com esta sinalização, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira comandou a reunião desta quarta-feira (27), em Brasília, com representantes das centrais sindicais do país.

Além da modernização da legislação trabalhista, Ronaldo Nogueira também abordou a possibilidade de prorrogação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), defendeu o princípio da unicidade sindical e se posicionou de forma crítica tese do acordado sobre o legislado. “Precisamos definir quais pontos específicos da negociação coletiva que terão força de lei e não poderão ser desfeitos. Se é sobre o salário, jornada de trabalho ou contrato de serviço especializado”, pontuou o ministro.

Sobre a abertura de diálogo do Ministério do Trabalho com as centrais sindicais, Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), afirma que tem acompanhado as visitas do ministro às entidades sindicais e as classifica como “aprimoramento das relações laborais sem perda de direitos”. Para o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o sindicato não aceita a retirada de direitos dos trabalhadores. “Que não se tire

direitos, mas que fortaleça a negociação coletiva, como é em outros países”, declarou.

Organização sindical - Ainda na audiência com as centrais sindicais, o ministro do Trabalho propôs às entidades uma parceria para ampliar a qualificação profissional dos trabalhadores celetistas, jovens, autônomos, rurais e, inclusive, os egressos do sistema prisional. “As centrais estarão envolvidas nestas ações que vão qualificar o profissional na categoria que elas representam”, explicou Ronaldo Nogueira.

PPE - Outro ponto levantado pelas centrais sindicais nesta quarta-feira (27) é revisão da abrangência de setores do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), implantado pelo Governo Federal em 2015, para desestimular as demissões em empresas que se encontram em dificuldades financeiras temporárias. As centrais propuseram que o PPE seja atualizado e se torne permanente. “Para torná-lo permanente é preciso considerar o instrumento legal que determina qual empresa poderá estabelecer o PPE, para que isso traga segurança aos trabalhadores e para que o programa não seja utilizado de forma indiscriminada”, afirmou José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

O convite para reunião desta quarta foi feito às todas as centrais que possuem representação no país. Estiveram presentes representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), da Força Sindical e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Fonte: MT

Caged mostra que Brasil perdeu 91 mil postos formais de trabalho em junho

Em junho, 91.032 vagas de empregos formais foram fechadas no país, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho. O resultado mantém a tendência de mais demissões que contratações no mercado de trabalho.

No entanto, o resultado melhorou em relação a junho de 2015, quando foram fechados 111.199 postos formais. No acumulado deste ano, o Caged contabiliza 531.765 vagas fechadas e, nos últimos 12 meses, o saldo chega a 1,765 milhão de postos com carteira assinada a menos.

O setor de serviços registrou a maior queda de vagas formais em junho deste ano, com fechamento de 42.678 postos de trabalho. O setor inclui a atividade bancária, transportes, comunicações, ensino e serviços médicos, por exemplo.

A indústria da transformação teve a segunda maior perda de postos, com fechamento de 31.102 vagas. A construção civil fechou 28.149 vagas e o comércio, 26.787 postos.

As únicas atividades com novas vagas abertas foram a agricultura e a administração pública. A primeira abriu 38.630 postos em junho e a segunda, 790 vagas.

As maiores perdas de postos de trabalho foram registradas em São Paulo, com fechamento de 29.914 vagas. Em segundo lugar está Rio de



Janeiro, com recuo de 15.748, e em terceiro o Rio Grande do Sul, com menos 10.340 vagas.

O emprego formal teve resultado positivo somente em oito unidades da Federação em junho. Foram elas: Minas Gerais (4.567), Goiás (3.369), Mato Grosso (2.589), Acre (191), Piauí (101), Amapá (54), Mato Grosso do Sul (35) e Maranhão (17).

Divulgado desde 1992, o Caged registra as contratações e as demissões em empregos com carteira assinada com base em declarações enviadas pelos empregadores ao Ministério do Trabalho.

Fonte: Portal EBC

Câmara analisa participação de sindicatos em negociações sobre lucros das empresas

A Câmara dos Deputados analisa proposta que aumenta a transparência e a representatividade de sindicatos e federações de trabalhadores nas negociações envolvendo a participação deles em lucros e resultados da empresa.



O texto em análise é o Projeto de Lei 3016/15, do deputado Laércio Oliveira (SD-SE), que modifica a Lei de Participação nos Lucros das Empresas (Lei 10.101/00). Segundo o deputado, a lei atual não prevê expressamente como se dá a participação sindical nos casos em que a empresa possua diversas atividades ou negócios ou mesmo esteja estabelecida em diversos municípios ou estado.

“Em decorrência, algumas situações conflituosas começam a surgir entre sindicatos e empresas nesta situação, que pode resultar em acessos desnecessários ao Poder Judiciário ou ainda em inadequados movimentos sindicais”, justifica Oliveira.

O objetivo do projeto é permitir que a participação nos lucros e resultados possa ser tratada com o sindicato, federação ou confederação de trabalhadores que melhor represente a categoria preponderante dos empregados.

Pelo texto atual da lei, só pode integrar a comissão paritária, formada por empregadores e empregados, um representante indicado pelo sindicato que represente a categoria predominante na sede da empresa.

Para o autor, para empresas que possuem inúmeros negócios ou mesmo filiais e cuja representação sindical geralmente se encontra espalhada por todo o Brasil é temerário firmar uma única política ou Programa de Participação nos Lucros e Resultados para toda a organização. “A atual realidade gera total insegurança às partes e não dá a devida publicidade para todos os empregados atingidos pela medida”, argumenta Oliveira.

O projeto - Conforme o projeto, havendo mais de um sindicato ou mais de uma unidade de

negócio, a empresa poderá negociar com o sindicato que mais expresse a representação de seus empregados ou ainda com a respectiva federação ou confederação de trabalhadores. Os termos negociados devem ser informados aos demais sindicatos envolvidos.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

STI do Cimento, Cal e Gesso de Fortaleza alerta sobre importantes direitos dos trabalhadores

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de Fortaleza (SINTRACICAGEFOR), presidido pelo companheiro Luis Carneiro da Rocha, que também é o secretário para Assuntos de Comunicação da CONTRICOM, está promovendo uma campanha com o objetivo de informar os trabalhadores sobre os seus direitos, principalmente quando se tratar de falta ao trabalho, por motivos justificados, sem prejuízo de salário. A campanha tem o apoio da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Ceará (FETICOMCE), presidida pelo companheiro Antonio Rodrigues Fernandes.

Como exemplo, o Sindicato esclarece que são motivos justificados, conforme estabelece a

legislação vigente, para ausência laboral, sem que o trabalhador tenha prejuízo nos seus rendimentos, as seguintes situações:

Quando for doar sangue: 1 dia por ano.

Para se casar: até 3 dias.

Para tirar o título de eleitor: até 2 dias.

Para cumprir serviço militar.

Nos dias em que estiver prestando vestibular.

No período de licença maternidade de 4 meses podendo chegar até 6 meses.

Na licença paternidade: 5 dias.

Pelo tempo necessário para comparecer em audiências judiciais.

No trabalho como mesário nas eleições.

Por motivo de doença: até 15 dias. Acima disso, receberá pelo INSS.

Por luto: 2 dias, no caso de falecimento de cônjuge, ascendente, isto é, que viva sob seu domínio, descendente e irmão, filho ou dependente.

O Sindicato lembra ainda que a própria Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras normas legais colocam, entre os direitos dos trabalhadores, o de se ausentar do serviço em determinadas



Luis Carneiro da Rocha, presidente do SINTRACICAGEFOR e secretário da CONTRICOM

circunstâncias, sem prejuízos no salário.

Neste comunicado informativo do Sindicato, estão algumas dessas circunstâncias, pode haver outras específicas ou outros prazos de afastamentos, dependendo da categoria do trabalhador, da Convenção Coletiva ou da adesão à iniciativa com o programa Empresa Cidadã, que permite a prorrogação da licença-maternidade por até 180 dias, mesmo no caso da licença-paternidade ou até 20 dias.

Fonte: Comunicação CONTRICOM/FETICOMCE/SINTRACICAGEFOR

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)